

---

## DECADÊNCIA DE PORTUGAL E A SOLUÇÃO CESARISTA: UM ESTUDO SOBRE HISTÓRIA E POLÍTICA EM OLIVEIRA MARTINS

### DECADENCE OF PORTUGAL AND THE CAESARIST SOLUTION: A STUDY OF HISTORY AND POLITICS IN OLIVEIRA MARTINS

---

Rafael Reigada Botton  
Mestrando em História pela PUCRS, Bolsista CNPq  
rgbotton@gmail.com

**RESUMO:** O presente trabalho de pesquisa integra a área da História Política, concentrando-se em analisar as interpretações estabelecidas pelo historiador Joaquim Pedro de Oliveira Martins acerca do processo de decadência da Nação portuguesa a partir do século XVI, e no modo como autor associou o projeto cesarista enquanto solução ideal para combater as crises existentes no país no século XIX. Utilizar-se-á a metodologia da História Conceitual, com o intuito de compreender tanto as construções semânticas estabelecidas por Oliveira Martins entre a ideia de *decadência* e o conceito de *cesarismo* quanto para analisarmos as relações existentes entre a produção historiográfica e o discurso político.

**PALAVRAS CHAVE:** Oliveira Martins. Decadência de Portugal. Cesarismo.

**ABSTRACT:** This research integrates the field of Political History, focusing on analyzing the interpretations of Joaquim Pedro de Oliveira Martins about the process of decadence of the Portuguese nation after the 16<sup>th</sup> century, and the association established by the author between the caesarist project as the ideal solution to solve the existing crisis in Portugal on the 19<sup>th</sup> century. It will be used the methodology of Conceptual History, intending to understand the semantic constructions made by Oliveira Martins between the idea of *decadence* and the concept of *caesarism*, and analyzing the relationship between the historical production and the political speech.

**KEYWORDS:** Oliveira Martins. Decadence of Portugal. Caesarism.

O presente trabalho de pesquisa é oriundo do projeto de mestrado que está sendo desenvolvido no PPG em História da PUCRS com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob orientação do Dr. Marçal de Menezes Paredes. Tem como principais objetivos analisar as interpretações estabelecidas pelo historiador Joaquim Pedro de Oliveira Martins acerca do processo de decadência da Nação portuguesa a partir do século XVI, e nos modos como o autor associou o projeto cesarista enquanto solução ideal para combater as crises existentes no país no século XIX.

Para que seja possível uma compreensão mais ampla acerca das relações estabelecidas por Oliveira Martins em sua historiografia entre a decadência de Portugal e a necessidade de um sistema de governo cesarista, é preciso analisar tanto o *locus* sócio-político em que o autor estava inserido quanto o contexto linguístico e ideológico compartilhado pelo mesmo, visto que toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, onde se instauram os métodos científicos de análise para a produção de uma escrita (CERTEAU, 2006). Para tal, utilizar-se-á o método da História Conceitual (em alemão *Begriffsgeschichte*), um campo das ciências humanas com ênfase nos estudos históricos e culturais, e cujo foco é o estudo da semântica histórica de conceitos e termos - com o intuito de compreender tanto as construções semânticas estabelecidas por Oliveira Martins entre a ideia de *decadência* e o conceito de *cesarismo* quanto para analisarmos as relações existentes entre a produção historiográfica e a história do discurso, problematizando assim a dinâmica das releituras da História que possibilitaram múltiplas interpretações acerca da identidade nacional portuguesa.

O método da História Conceitual possui uma enorme importância para pesquisadores da História Política e Social, visto que sem o emprego de conceitos comuns não pode haver uma sociedade e, sobretudo, não pode haver unidade de ação política (KOSELLECK, 2006). Além disso, como disciplina autônoma está sempre associada a acontecimentos e situações políticas ou sociais, interpretando a história através dos conceitos que eram utilizados no passado e confrontando tanto a permanência quanto as alterações em seus significados (principalmente em termos que são empregados até hoje), contemplando assim sua historicidade semântica. Desta forma, ela “evidencia a estratificação dos significados de um mesmo conceito em épocas diferentes, operando sob a premissa teórica da obrigatoriedade de confrontar e medir permanência e alteração” (*Ibidem*, p. 114).

O caráter político do texto histórico pode ser evidenciado enquanto um “complexo de atribuições prévias de autoridade, dentre as quais pode, possivelmente, figurar a afirmação da autoridade do próprio autor com relação ao seu texto” (POCOCK, 2003, p. 50). O reconhecimento da constância de certos paradigmas em sequências permite ao historiador perceber que estes não podem ser desconectados dos contextos históricos em que surgem, onde nesta perspectiva o texto que faz parte do gênero próprio ao historiador é aquele onde é possível “observar a constância de um artefato literário de uma certa autoridade e *durée* e

pode se pôr a investigar as ocorrências históricas que acompanharam essa constância” (*Ibidem*, p. 47).

A produção historiográfica de Oliveira Martins está diretamente ligada ao *locus* político e social compartilhado pela Geração de 70, onde a visão historicista e secular de Portugal começou a ser teorizada pela cultura republicana de matriz francesa, tornando-se dominante nas elites culturais e políticas do final do século XIX (CATROGA, 2005).

### Oliveira Martins e a Geração de 70

A chamada Geração de 70 foi um movimento acadêmico que teve início em Coimbra em 1865, surgindo como crítica a várias dimensões da cultura portuguesa da política à literatura. Fortemente influenciados pelo positivismo de Augusto Comte, pelo socialismo utópico de Proudhon e pela filosofia idealista hegeliana, eram jovens que se reuniam para discutir sobre as principais correntes ideológicas que estavam em voga no contexto europeu.

A ideia de *geração* é concedida aos integrantes do respectivo grupo através da noção de que os mesmos compartilham de experiências em comum, sendo principalmente a posição de contestação à situação em que Portugal encontrava-se no período, com ênfase no aspecto cultural. Em Coimbra, o grupo que constituirá a geração de 70 surge com o advento da *questão coimbrã*, apoiando Antero de Quental em sua crítica intensa ao romancismo decadente simbolizado por Antônio Feliciano de Castilho.

A partir de 1871, as reuniões do grupo passaram a ser em Lisboa, ocorrendo primeiramente na Tertúlia Ocidental e posteriormente nas Conferências do Casino, importante ponto de encontro onde:

[...] as sessões celebravam-se como banquetes de pura inteligência, entre a fumarada do tabaco e os grandes goles de chá, mangas de camisa, colarinhos abertos e polêmica constante. Uma boêmia artística dos insurrectos de Coimbra, sob a inspiração de Antero cujo misticismo metafísico fazia dele uma espécie perturbante e iluminada (MARTINS, 2003, pp. 13-4).

Entre seus principais integrantes, destacam-se Antero de Quental, Eça de Queirós, Teófilo Braga, Bordalo Pinheiro e Oliveira Martins (sendo este último autodidata e não originário de Coimbra, vindo integrar ao grupo somente em Lisboa).

Membro da Geração de 70 e um influente ativista político, Joaquim Pedro de Oliveira Martins nasceu em Lisboa no ano de 1845. Pensador crítico e de grande erudição, escreveu diversas obras de História, Ciências Sociais e Economia, tendo redigido seus principais trabalhos entre as décadas de 1870 e 1890 – em especial suas obras *História da Civilização Ibérica*, *História de Portugal* e *História da República Romana* - buscando sempre novas interpretações acerca da história da nação portuguesa com vistas a desenvolver soluções para a crise em que Portugal encontrava-se no século XIX.

### A ideia de Decadência na historiografia de Oliveira Martins

A ideia da decadência de Portugal foi um dos principais eixos articuladores da Geração de 1870, refletindo diretamente na produção historiográfica de Oliveira Martins. A percepção de que Portugal teria entrado em um crepúsculo histórico após o período de apogeu dos Descobrimentos deveria ser analisada enquanto um processo de longa duração, agravando-se com a perda de sua principal colônia (Independência do Brasil) e culminando na crise econômica, política e social em que se encontrava Portugal no século XIX.

Estas interpretações sobre o processo de decadência da nação portuguesa visavam desenvolver soluções de caráter pragmáticas, como Oliveira Martins sintetizava ao afirmar que “a nação em crise não se salva com ideias formuladas em livros, mas sim com ideias realizadas em atos” (MARTINS, 2007, p. 119). Nesta perspectiva, o discurso histórico tornava-se um discurso político orientado à ação, principalmente em um contexto onde inexistia um campo intelectual autônomo.

A noção de decadência configurada neste período é uma ideia importada do domínio da Biologia, onde “à luz de todos os organicismos sociais, surge como um fenômeno natural, pois a doença e a morte são mediações necessárias ao prosseguimento da evolução” (MARTINS, 1985, p. 47). O modelo organicista também ajudava a distinguir a ideia de decadência em relação à de crise, visto que se a decadência decorria de um estado de crise, esta podia ser como também mostrava as ciências biológicas “uma manifestação de crescimento, já que sua eclosão era a condição necessária para o aparecimento de uma nova realidade” (*Ibidem*, p. 48).

Na historiografia de Oliveira Martins, esta concepção de decadência influenciou também a própria forma como Portugal era visto em relação à Espanha, pois Martins considerava estas nações enquanto componentes de um mesmo organismo social – motivo pelo qual seus destinos estavam conseqüentemente interligados. A ideia de que Portugal teria existido enquanto Nação autônoma somente devido à vontade política de seus reis é uma das bases de sua obra *História da Civilização Ibérica*. Escrita em 1879, demonstrava que o destino da península ibérica se daria pela superação do individualismo utilitarista, o que poderia conduzir a um modelo de governo socialista de caráter efetivamente democrático.

A necessidade de estudar as causas da decadência dos povos hispânicos com vistas a uma compreensão mais ampla sobre o processo de queda (e que possibilitasse o desenvolvimento de projetos políticos e sociais adequados para sua superação) levou Oliveira Martins a diferir de outros influentes pensadores portugueses (como Alexandre Herculano e Antero de Quental) neste assunto, que consideravam como fatores determinantes do processo de decadência o poder absoluto dos reis, o catolicismo pós-tridentino e as conquistas decorrentes das grandes navegações. Entretanto, Martins associava estes fatores a efeitos da própria maneira de ser destes povos, mas que se tornaram formas corrompidas de um grande pensamento anacrônico a partir do século XVI. Para ele, o verdadeiro e único princípio da corrupção “estaria no fato da própria grandeza anterior, onde o Individualismo, o Jesuitismo e as Conquistas seriam oriundos do movimento dialético do apogeu rumo à decadência” (CATROGA, 1998, p. 167), lei à qual acreditava que todos os organismos sociais estariam submetidos, afirmando também que “a corrupção social é um vírus terrível que quando se inocula no sangue de um povo, indica uma morte infalível” (MARTINS, 2003, p. 12).

A decadência e a morte da Nação portuguesa são analisadas de forma mais aprofundada por Oliveiras Martins em sua obra *História de Portugal*, onde o mesmo explica que enquanto o apogeu de Portugal teria sido a Revolução de Avis (século XIV), com a morte de Dom Sebastião na batalha de Alcácer Quibir – seguida da entronização de Filipe I – o espírito coletivo que animava a Nação definhou sob a égide da Coroa espanhola. Neste ponto, é importante destacar os sentidos conferidos por Oliveira Martins aos conceitos de *Nação* e de *Nacionalidade*, onde a Nação é considerada enquanto “uma agremiação de homens que adquiriu coesão orgânica, tradições, hábitos e vontade de consciência comum independente de afinidades étnicas” (MARTINS, 1987, p. 52) e Nacionalidade como um “agregado de homens

a que uma tradição de ascendência comum dá uma base etnogênica” (*Ibidem*, p. 54). Assim, o conceito de Nação implicava um grau superior de civilização, e de organicidade, motivo pelo qual “Oliveira Martins, ao contrário das opiniões dominantes, considerava Portugal enquanto Nação e um povo, sem constituir, verdadeiramente, uma nacionalidade” (CATROGA, 1998, p. 170).

Oliveira Martins também acreditava que após o período de União Ibérica (1580-1640), o novo reino de Portugal que surgiu apenas ocupava o mesmo espaço geográfico, visto que este não era o ressuscitar da antiga Nação – já que sua existência não dependia apenas de si mesmo, mas sim do equilíbrio de poder europeu. A evidência da morte do glorioso Portugal manifestava-se já no século XVI na literatura de Camões (onde a Pátria “fugiu” da terra para a região aérea da poesia e dos mitos) e no século XIX no sebastianismo, sendo ambas “provas póstumas” de nacionalidade (MARTINS, 2007).

### O projeto político cesarista

No ideário político de Oliveira Martins, a evolução de um federalismo republicano e descentralizador (de inspiração proudhoniana) para uma apologia a um socialismo de Estado e do reforço do poder central (base do projeto político cesarista) pode ser atribuída “à sua vivência na Andaluzia durante a I República Espanhola e ao modo crítico como considerou esta experiência política” (MATOS, 2001, p. 89). Oliveira Martins, ao perceber que o sistema federativo e de caráter liberal da Primeira República Espanhola serviu para aumentar e perpetuar o poder dos grandes proprietários de terra e de capitais às custas da exploração das camadas sociais menos abastadas (como Martins observou no caso dos trabalhadores das minas), compreendeu que o fundamental seria a modernização do país no sentido de um Estado Social.

Como Oliveira Martins acreditava que Portugal e Espanha compunham uma civilização em comum, conseqüentemente as experiências políticas ocorridas em quaisquer das partes desenvolver-se-iam de forma análoga em todo o conjunto (neste caso, refletir-se-iam em Portugal). Com seu retorno a Portugal, Martins se aproximou dos social-democratas (como Eduardo Bernstein) e dos socialistas de cátedra, acompanhando com muito interesse a obra de Bismarck (considerando este um dos grandes césores de seu tempo), principalmente

enquanto o líder que não só possibilitou a unificação alemã como também desenvolveu um sistema de previdência social exemplar.

Na historiografia de Oliveira Martins, o conceito de cesarismo configura um sistema de governo autoritário, onde o poder é centralizado em um líder militar. Em sua obra *A Tertúlia Ocidental*, António José Saraiva sintetiza com precisão as concepções de Martins acerca do cesarismo, ao explicar que:

Este foi um dos problemas em que mais cuidou Oliveira Martins desde os tempos da Comuna. Ele acreditava, como Marx, na desigualdade crescente trazida pelo liberalismo, em particular no crescente empobrecimento das massas trabalhadoras, mas não aderiu ao que podemos chamar a teoria dos apocalipses, apesar de a Comuna de Paris poder ser apontada como um exemplo disso. Martins pensava que o Cesarismo era historicamente a solução mais provável, embora não ideal, no que não se enganava, porque em nossos dias se verificou que o Socialismo serviu de máscara a vários cesarismos, isto é, a monocracias absolutas apoiadas na burocracia e nas forças armadas (SARAIVA, 1995, p. 78).

Após abordar ao longo de suas obras a História dos povos ibéricos e enfatizar suas interpretações acerca do processo de decadência a que estavam submetidos, Oliveira Martins redigiu sua última obra, intitulada *História da República Romana* (1885), onde explica com base no modelo dialético hegeliano o surgimento do cesarismo enquanto síntese do confronto ocorrido durante a República de Roma entre “o princípio de autoridade do Senado e a tendência para a igualdade que anima a plebe” (MARTINS, 2003, p. 51). Neste contexto, César surge enquanto um herói da mesma forma concebida por Hegel, sendo aquele em quem, por um processo inacessível à razão individual, encarna o pensamento coletivo da Nação, e cujo projeto político aliaria a autoridade (necessária à coesão social) à igualdade entre indivíduos (sendo esta indispensável para a realização da Justiça). Consequentemente, o projeto político que Oliveira Martins propunha ser o ideal para solucionar as profundas desigualdades sociais decorrentes dos governos liberais do século XIX seria um governo de modelo cesarista que resultaria em “um autoritarismo que obrigasse ao cumprimento das leis igualitárias, uma Vontade que decretasse a Justiça, em suma, o Socialismo” (SARAIVA, 1995, p. 98).

Entre os exemplos históricos de governos cesaristas, Oliveira Martins destacava a Roma de Júlio César (considerado o modelo ideal), o Império de Alexandre Magno (cujo sistema político “cesarista” dos macedônios se impôs ao sistema federativo das polis gregas), o Império de Napoleão I e a Alemanha unificada por Bismarck.

Em sua obra *História da República Romana*, Oliveira Martins expõe o desenvolvimento do governo de Júlio César enquanto um mecanismo capaz de equilibrar as desigualdades existentes na República Romana, e que também poderia ser aplicada em outras sociedades, onde o autor:

[...] verifica uma tendência anticapitalista em Roma e vê em Graco um precursor das revoluções socialistas, nos Cipiões os defensores de um socialismo popular dirigido pela aristocracia e em Júlio César o concretizador de um socialismo autocrático, favorável às reivindicações da plebe. E assim o cesarismo não é para Oliveira Martins uma panaceia – só é fatal quando a democracia política não se torna também uma democracia social. É, deste modo, uma solução transitória e instrumental – em nome da igualdade e da justiça. O historiador continua, deste modo, a pensar numa ‘democracia social’ capaz de integrar os valores da evolução e da igualdade (MARTINS, 2003, p. 52).

### **Construções semânticas estabelecidas por Oliveira Martins entre a ideia de Decadência e o conceito de cesarismo**

Oliveira Martins defendia que todo conhecimento científico necessitava de uma base metafísica, visto que somente desta forma o significado último da evolução poderia ser apreendido pela razão humana. Nesta perspectiva, Fernando Catroga explica esta concepção de Martins ao afirmar que:

Só à luz das relações entre a filosofia e a ciência se poderia explicar o lugar das ciências sociais e da História no conjunto dos saberes, rejeitando que o conhecimento científico fosse a única via de acesso ao saber. (CATROGA, 1998, p. 138).

Também é necessário destacar a influência que a filosofia da história exerceu sobre os intelectuais portugueses da Geração de 1870, destacando principalmente o pensamento de Hegel na historiografia de Oliveira Martins. Buscando aliar o ritmo vital de Portugal ao da Europa, o historiador contrariou a visão de atraso e fatalismo, buscando assim compreender

Portugal enquanto um organismo social que havia exercido sua função na evolução do devir das civilizações europeias, substituindo assim a lógica individualista pela perspectiva da “ideia” e da “razão” de Estado. Conseqüentemente, a “razão de Estado” (que possibilitaria o sentimento coletivo de reivindicação como nação autônoma) superaria a consciência individual, onde o espírito nacional tornar-se-ia um elemento dominante.

Com base no modelo determinista de desenvolvimento das sociedades logicamente sustentado pela dialética hegeliana (noção de ciclos históricos) e teoricamente baseado em pressupostos do então emergente darwinismo social (a própria ideia de organicismo social), Oliveira Martins associou causas em comum aos processos de decadência da República Romana e de Portugal, destacando “a formação de uma aristocracia endinheirada, egoísmo e utilitarismo, que resultaram no bloqueamento do desenvolvimento natural das classes sociais” (MARTINS, 1994, p. 263), conseqüências do expansionismo em ambas civilizações.

Como o processo de decadência teria ocorrido de forma análoga nestas civilizações, logo o projeto político adotada por César em Roma para solucionar os problemas nos fins da República (modelo cesarista) seria o modelo ideal para solucionar a crise em que Portugal se encontrava no século XIX, conforme Martins expõe ao afirmar que:

Em Roma, foi César quem resolveu o problema dos pobres e instaurou o cesarismo, uma monarquia absoluta e centralizadora que era fundada na democracia, isto é, na plebe. Ainda hoje, a política protetora do Cesarismo socialista se levanta como o tipo mais adequado de governo de todas grandes nações (MARTINS, 1952, p. 274).

Entretanto, é importante salientar que, embora o modelo cesarista fosse visto como um instrumento que possibilitaria a superação do processo de decadência, este não deveria ser considerado como um fim em si mesmo ou como um fator de cristalização de privilégios. Nesta perspectiva, Oliveira Martins destaca que o projeto político cesarista seria eficiente apresentando-o enquanto:

[...] uma solução transitória capaz de garantir um equilíbrio entre a representação dos cidadãos e a representação da sociedade, como uma síntese entre a autoridade (indispensável à coesão social) e a igualdade entre as pessoas - indispensável à realização da Justiça. Mas com uma missão de reorganização da sociedade e de mobilização de energias regeneradoras (MARTINS, 2007, pp. 127-8).

As críticas realizadas por Oliveira Martins acerca do cesarismo focavam-se no próprio caráter autoritário que o projeto político possuía enquanto um regime de força, reconhecendo que a simultânea satisfação que o materialismo dava ao espírito de revolta e de reinado da força, é contraditória aparentemente, mas no fundo lógica, visto que:

O materialismo é a filosofia dos cesarismos, e os cesarismos são de fato a expressão fatal, nebulosa, mas positiva da revolta. [...] A tirania da Matéria logo ressuscita porém, obscura e terrível, na Força e na Guerra, princípios ativos do materialismo e do cesarismo, incompatíveis com a lucidez piedosa da consciência e com a cândida energia da Justiça e da Liberdade (MARTINS, 1985, pp. 26-7).

A base deste projeto seria o socialismo catedrático – podendo ser considerado enquanto uma versão “democrática” do cesarismo - visto que, em vez de uma solução guiada pela Vontade emancipadora dos cidadãos livres, seria necessário afirmar uma Vontade baseada no Estado e na Razão. Ou seja, pouco importava para Martins se o modelo de governo fosse uma monarquia parlamentar ou uma República, o importante de fato era a modernização do país nos moldes de um Estado Social.

### Considerações finais

Analisando na historiografia de Oliveira Martins os modos como o autor escreveu uma história da República Romana e relacionou Portugal e Espanha enquanto moléculas de uma civilização em comum com vistas a adequar pragmaticamente estas teorias à ação política, é possível verificar - enquanto estudo de caso - que a própria produção historiográfica não só é desprovida de neutralidade, como muitas vezes também foi utilizada como forma de legitimar discursos políticos por meio da construção de memórias históricas e identidades.

É neste sentido que uma análise de ideias e de conceitos históricos (como nos casos de *decadência* e *cesarismo*) permite uma aproximação maior do contexto a que estão relacionados, ao demonstrar como o campo semântico de conceitos historicamente formulados refletem as estruturas políticas e sociais a que estão associados. Assim, a metodologia da História Conceitual possui um alto potencial analítico, possibilitando uma

maior compreensão não só da forma com que os conceitos se adequam e absorvem as inovações culturais do período em que são criados e utilizados, mas também como as mudanças e permanências de seus significados demonstram as adequações realizadas por autores a partir das necessidades que possuíam no contexto em que estavam inseridos.

Na dissertação que será redigida a partir do que foi exposto nesta apresentação, será inicialmente abordado o contexto de ideias vigentes em Portugal no período da Geração de 1870, relacionando-os também com a própria vida de Oliveira enquanto “autor” e também como personagem politicamente ativo de seu tempo - em outras palavras: o autor dentro do “texto” e o escritor vivendo em seu “contexto”. A ideia de *Decadência* e o conceito de *cesarismo* serão analisados de forma mais aprofundada nas obras *História da Civilização Ibérica*, *História de Portugal* e *História da República Romana*, onde as duas primeiras servirão como base para estudos da fundamentação e do desdobramento da noção de decadência, enquanto que na última será analisada principalmente a dinâmica de desestruturação em Roma do regime oligárquico dos patrícios a partir da ascensão de Júlio César enquanto líder militar e político.

Por fim, agradeço aos colegas que participaram do I Encontro de Pesquisa Históricas da PUCRS pelos excelentes trabalhos apresentados, e também aos membros da comissão organizadora por todo esforço e dedicação que possibilitaram de forma exemplar o desenvolvimento de um evento tão importante para alunos e pesquisadores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento**: a geração. 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002

CATROGA, Fernando. **Nação, mito e rito**: religião civil e comemoracionismo. Fortaleza: NVDOC, 2005.

\_\_\_\_\_. História e Ciência Sociais em Oliveira Martins. In: **História da História em Portugal sécs. XIX-XX**. Lisboa: Temas e Debates, 1998.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FERES, João. **História dos Conceitos – debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Loyola, 2007.

JASMIN, Marcelo. **História dos Conceitos: diálogos transatlânticos**. Rio de Janeiro: Loyola, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MARTINS, Guilherme. **Portugal, identidade e diferença**. Lisboa: Guilherme Valente, 2007.

MARTINS, Oliveira. **História da Península Ibérica**. Lisboa: Guimarães, 1994.

\_\_\_\_\_. **História de Portugal**. Lisboa: Guimarães, 1987.

\_\_\_\_\_. **História da República Romana**. Lisboa: Guimarães, 1987.

\_\_\_\_\_. **O helenismo e a civilização cristã**. Lisboa: Guimarães, 1985.

\_\_\_\_\_. **O Príncipe Perfeito**. Lisboa: Guimarães, 1984.

\_\_\_\_\_. **Tábua de Chronologia**. Lisboa: Bertrand, 1884.

MATOS, Sérgio. Oliveira Martins e o federalismo oitocentista. In: **O federalismo europeu – História, política e utopia**. Lisboa: Colibri, 2001.

MEDINA, João. **As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal**. Lisboa: Dom Quixote, 1984.

PAREDES, Marçal. História e Escala ou o Brasil e a identidade portuguesa: um estudo sobre J. P. De Oliveira Martins. In: **Revista Ágora – Historiografia e Escrita da História**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2005.

PIRES, António. **A ideia de decadência na Geração de 70**. Lisboa: Vega, 1992.

POCOCK, J. G. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Edusp, 2003.

SARAIVA, António José. **A Tertúlia Ocidental**. Lisboa: Gradiva, 1995.